

# Tesouro vende R\$ 1 bi a taxas menores do que na véspera

Anunciado anteontem, rebaixamento de nota pela S&P não teve influência em operação de emissão de títulos

Valter Campanato/ABr

Receita Federal

Mariana Mainenti

mariana.mainenti@brasileconomico.com.br

Brasília

A notícia do rebaixamento da classificação do risco do Brasil pela agência de risco Standard & Poor's não diminuiu o apetite dos investidores pelo país. Em leilão realizado ontem, o Tesouro Nacional conseguiu colocar títulos equivalentes a R\$ 1 bilhão a taxas menores do que as cobradas pelo mercado na véspera. O resultado foi para o governo ainda mais tranquilizador do que a queda do dólar observada ontem, segundo avaliação de integrantes da equipe econômica. Na opinião de analistas, contudo, as taxas pagas pelo governo para financiar a dívida continuam altas.

"O título de mais longo prazo, NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B), com vencimento em 2050, ficou 5 pontos base abaixo do cobrado no leilão de ontem. Isso mostra que o mercado continua demandando títulos públicos, entendendo que as taxas oferecidas são bastante atraentes", afirmou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Fernando Garrido.

Na opinião de analistas, a reação do mercado foi positiva porque a decisão da S&P já estava "no preço" dos ativos. "Eu acho que o rebaixamento já estava mais do que precificado. Desde o ano passado, o Brasil está pagando por um risco mais alto", afirmou o chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas. "O fato de os preços no mercado secundário terem caído de ontem para hoje foi um bom sinal. Os títulos brasileiros oferecem juros bastante atrativos, mas os investidores não teriam comprado se houvesse risco de não pagamento da dívida", acrescentou.

Segundo o ex-diretor do BC, o comportamento do mercado ontem, na prática, "desmistificou" que houvesse alguma preocupação com uma eventual vulnerabilidade do Brasil, como apontou estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI). "A procura maior pelos títulos brasileiros é reflexo do investidor estrangeiro que está entrando no país", considerou.

Interessados por investimentos prefixados em renda fixa, os investidores estrangeiros ampliaram a



Garrido: "mercado continua demandando títulos públicos, entendendo que as taxas são atraentes"

“

O fato de os preços terem caído de ontem para hoje é bom sinal. Os títulos brasileiros têm juros atrativos, mas os investidores não teriam comprado se houvesse risco de não pagamento”

Carlos Thadeu de Freitas  
Economista-chefe da CNC

sua participação na dívida brasileira de 17,20% do estoque, em janeiro, para 17,38% em fevereiro, totalizando R\$ 343,18 bilhões, R\$ 7,81 bilhões a mais que o mês anterior.

Ao anunciar o resultado ontem, Garrido afirmou, contudo, que o Tesouro Nacional continuará monitorando o melhor momento para fazer uma emissão externa. "O Tesouro monitora constantemente as condições do mercado para fazer a emissão externa. Se não emitiu até hoje, é porque julgou que as condições não eram as mais adequadas", declarou. Para Freitas, há espaço para o governo fazer uma emissão: "Os investidores estrangeiros têm demanda por uma boa taxa. O governo só não fez isso ainda porque não precisa".

O analista da Tendências Consultoria Felipe Salto também acha que há espaço para uma emissão externa. "Mas o cenário ficou ainda mais adverso depois do rebaixamento pela S&P", ponderou. Na opinião dele, não houve reação do mercado à notícia porque a deci-

são já estava "precificada" nos ativos, mas o governo continuará a pagar uma taxa alta aos investidores. "A proporção dos títulos indexados à Selic (taxa básica de juros) está em 20,6%, quando, pelo Plano Anual de Financiamento do Tesouro, deveria ficar entre 14% e 19% do total", lembrou.

A dívida pública mobiliária federal interna subiu 1,27% em fevereiro frente a janeiro, atingindo R\$ 1,975 trilhão. O estoque da dívida pública federal, incluindo também a dívida externa, subiu 1,03%, para R\$ 2,067 trilhões. Apesar disso, Salto considera que a S&P tomou a decisão de rebaixar a nota brasileira "olhando no retrovisor". "Em 2014, o BC aumentou os juros, mostrando maior independência em relação ao governo; a política fiscal está comprometida com uma meta mais elevada; e o balanço de pagamentos terá um resultado melhor devido ao novo patamar do câmbio."

Na página 31: Dívida cambial bate recorde

## Arrecadação bate recorde em fevereiro

A arrecadação federal em fevereiro, de R\$ 83,137 bilhões, foi a maior para o mês, mas inferior às expectativas dos analistas, refletindo o impacto elevado de desonerações e forte queda em tributos vinculados ao lucro das empresas. No mês, a receita com impostos e contribuições teve alta real de 3,44% sobre um ano antes, informou ontem a Receita Federal.

Pesaram negativamente no mês as renúncias de receitas de R\$ 8,7 bilhões, decorrentes de desonerações tributárias e a redução de 29,7% na arrecadação conjunta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativa à estimativa mensal de ganhos das empresas. No dois primeiros meses do ano, o recolhimento de tributos soma R\$ 206,804 bilhões, com alta real de 1,91% em comparação a igual período de 2013.

O governo prepara o anúncio de aumento de impostos de alguns setores para gerar arrecadação extraordinária de cerca de R\$ 4 bilhões este ano e ajudar o Tesouro Nacional a aumentar os repasses para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Segundo a Receita Federal, foram concluídos os estudos para aumento de PIS/Cofins de produtos importados e do setor de cosméticos e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bebidas frias (cervejas, refrigerantes, isotônicos e água) para fortalecer as receitas.

As medidas estão prontas, mas a decisão ainda não foi tomada, informou o secretário-adjunto do órgão, Luiz Fernando Teixeira. "Existe uma série de medidas de aumento de tributos prontas para tomada de decisão para implementação", afirmou ele.